



Relatório e Contas 2012

11	Relatório de Gestão (Contas Consolidadas)
17	Balço consolidado em 31 Dezembro 2012
18	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
19	Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio do período 2012
20	Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio do período 2011 – Reexpressa
21	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 31 Dezembro 2012
25	Anexo
55	Relatório e Parecer do Fiscal Único
59	Certificação Legal das Contas Consolidadas
63	Organigrama
67	Certificações

A Seth - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, foi constituída em 1933 pela empresa dinamarquesa Højgaard & Schultz a/s, sendo hoje uma das principais empresas portuguesas de Obras Marítimas e uma referência internacional na Engenharia Costeira e Portuária.

Ao longo da sua história de 80 anos, a empresa tem realizado numerosos trabalhos de construção civil, industrial e obras públicas para a Administração Central e Autárquica, Institutos Autónomos, Forças Armadas Portuguesas, Forças Armadas dos EUA e para a NATO.

A Seth estabeleceu-se rapidamente como uma empresa de tecnologia avançada e, nos últimos anos

executou inúmeros projectos que constituíram inovações em Portugal e mesmo no Mundo. Destacamos de entre aqueles, os maiores Core-Loc do mundo (33 toneladas cada), o maior açude insuflável da Península Ibérica e o primeiro cais de acostagem em Portugal construído em cortinas de estacas-prancha ancoradas.

Esta é uma imagem da empresa de sempre, a inovação na busca de soluções para a execução dos projectos dos clientes.

A partir de 2004 esta forma de actuação serviu de base à internacionalização da empresa que se estende hoje à Argélia, Guiné-Conakry, Cabo Verde, Moçambique e Angola, entre outros.



- O exercício de 2012 foi para a empresa um ano muito difícil tendo produzido um resultado muito insatisfatório com uma perda muito significativa. Esta situação resultou da expressiva redução do volume de negócios fruto da degradada condição do mercado interno e do adiamento de alguns dos projetos angariados no mercado externo.

- Em 2012 o volume de negócios foi de Euros 25,739,316 e o resultado uma perda de Euros 3.530.926 .

- O resultado operacional foi de -1,561,198 Euros, sendo o resultado antes de impostos de -3.085.253 Euros, a que correspondeu um Resultado Líquido de -3.530.926 Euros.

Indicadores Económico-Financeiros

Em 2012, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram 1.458.736 Euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2012.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de 7.265.686 Euros.

Antevisão 2013

No dia 8 de Janeiro de 2013, o consórcio, de que a Seth faz parte em 50%, assinou um contrato com a EDM - Electricidade de Moçambique para a realização de um contrato de eletrificação no sul do país financiado pelo Estado Dinamarquês, no valor de Euros 70 milhões a realizar nos próximos três anos. O contrato assinado pode atingir o montante de Euros 111 milhões em cinco anos, caso sejam acionadas as opções nele previstas. Este contrato, a par de outras oportunidades que se esperam concretizar no primeiro quarto do ano, deverá conduzir a um aumento muito significativo do volume de negócios e à obtenção de resultados positivos em linha com os exercícios anteriores ao período de crise generalizada que se tem vivido.

Relatório e Contas 2012

O exercício de 2012 foi para a empresa um ano muito difícil tendo produzido um resultado muito insatisfatório com uma perda muito significativa. Esta situação resultou da expressiva redução do volume de negócios fruto da degradada condição do mercado interno e do adiamento de alguns dos projetos angariados no mercado externo. Com efeito a redução do PIB do país em 3% essencialmente devido à queda abrupta da procura interna por imposição do programa de ajustamento a que Portugal se encontra obrigado, conduziu à redução drástica do investimento público e privado em construção e a uma contração do setor de 15,5% no ano e a um acumulado nos últimos sete de 50%. Tal redução foi ainda mais expressiva, 20%, no subsector das obras de engenharia que constitui a principal área de atividade da empresa. Operando externamente no mercado africano e em projetos ligados à mineração e energia, também aí se sentiu o reflexo do arrefecimento global da Economia Mundial e o adiar e suspender de muitos projetos em que a empresa se encontra envolvida. Alguns desses projetos acabariam por ser retomados no final do ano e vão constituir a base da atividade em 2013 e nos exercícios seguintes mas acabaram por não contribuir para o exercício em análise, não tendo sido possível, no ambiente recessivo que se vive, encontrar oportunidades que os substituíssem. Nos mercados externos em que operamos, a redução de expectativas motivadas pela crise global conduziu ao retardar de decisões de investimento que pareciam seguras, mas não pelo abandono das mesmas.

A conjugação das situações descritas conduziu a que o volume de negócios fosse substancialmente inferior ao previsto, tendo sido impraticável substituir as encomendas não confirmadas por novas em tempo passível de reverter a situação. Os resultados obtidos foram negativos e o volume de negócios o mais baixo dos últimos quinze anos.

Em 2012 o volume de negócios foi de Euros 25,739,316 e o resultado uma perda de Euros 3.530.926 .

Durante o ano, a empresa realizou trabalhos em Portugal, Cabo Verde, Guiné, Angola, Argélia e Moçambique. As operações na Argélia voltaram a contribuir negativamente para o resultado, tendo agora de uma forma definitiva sido assumido todas as eventuais perdas relacionadas com os projetos desenvolvidos pelo Grupo Marítimo Português ACE de que a empresa é membro.

O resultado operacional foi de -1,561,198 Euros, sendo o resultado antes de impostos de -3.085.253 Euros, a que correspondeu um Resultado Líquido de -3.530.926 Euros.

Das obras concluídas durante 2012, salientamos as seguintes:

- Terminal Contentores, Kamsar, Guiné - Guinea Alumina Corporation
- Construção da Expansão do Porto de Porto Novo-1ª fase, Santo Antão, Cabo Verde-MITT

-Modernização para a fase 3ª do programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário-Bragança e Pontinha-Parque Escolar EPE

Das obras em execução que transitam para 2013:

- Electricity III - lotes 1 e 2, EDM - Electricidade de Moçambique
- Construção do Reforço de Potência do Aproveitamento de Salamonde - EDP, Energias de Portugal.
- Ribeira das Naus - Câmara Municipal de Lisboa

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

Os trabalhos em curso serão terminados no primeiro trimestre de 2013. Foram apresentadas duas propostas de valor significativo neste mercado em colaboração com outras empresas portuguesas. Em ambas, as propostas apresentadas são as mais bem colocadas em termos de preço. Caso nenhuma delas seja adjudicada iremos abandonar o mercado em 2013.

Seth MOÇAMBIQUE

Tal como tem sido desenvolvido até à data, a sucursal da Seth, que se encontra a operar em Moçambique desde 2005, continuará a executar trabalhos de eletrificação para a EDM, tendo assegurado em associação com outra empresa uma adjudicação no valor de 111 milhões de Euros que garantirá a atividade nos próximos três a cinco anos, conforme sejam ou não confirmadas as opções ao contrato principal.

Seth GUINÉ

Foram concluídos os trabalhos de construção do cais de contentores de Kamsar para a GAC, Guinea Alumina Corporation.

As incertezas provocadas pelas alterações no mercado mundial vieram a conduzir ao congelamento de decisões de investimento das fases seguintes deste projeto, bem como de outros neste país.

Como tal iremos suspender atividade neste país por tempo indefinido, continuando, no entanto, a apresentar propostas para outros projetos de desenvolvimento mineiro que tendo sido igualmente suspensos poderão vir a ser retomados.

Seth CABO VERDE

Foram concluídos os trabalhos de Construção da Expansão do Porto de Porto Novo – 1ª fase na Ilha de Santo Antão. A associação que a SETH lidera deu início, em Dezembro de 2012, aos trabalhos da obra portuária de ampliação do terminal de contentores do porto do Mindelo em S. Vicente.

Estes trabalhos terão a sua conclusão no primeiro trimestre de 2014.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, S.A.

A empresa apresentou durante o ano várias propostas para trabalhos para empresas do setor energético. Aguarda-se decisão de início de uma adjudicação destinada à execução de um sealine no norte de Angola. Decorrem outras discussões comerciais destinadas a trabalhos da mesma natureza para o mesmo cliente.

SETHMOZ, S.A.

A SETH considera este mercado como o prioritário no desenvolvimento das suas atividades internacionais, em virtude da dinâmica que o mesmo apresenta, com inúmeras oportunidades geradas pelo desenvolvimento dos setores mineiro e energético. Para tal foi constituída uma sociedade local em parceria com empresários moçambicanos, cuja denominação é SETHMOZ S.A.. Durante o ano de 2013, esta empresa replicará no mercado moçambicano o modelo da empresa em Portugal e dará início à apresentação de propostas comerciais uma vez obtidas as necessárias autorizações.

MARINERTES, S.A

A empresa colocou uma série de ações judiciais por forma a contestar os impedimentos que lhe foram colocados para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas.

Não ocorreram desenvolvimentos significativos na situação descrita.

A Seth detém uma participação de 29% nesta empresa.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

Os trabalhos tiveram o seu início durante o ano e decorrem em excelente ritmo com cumprimento integral de todas as datas chave constantes do contrato. A maioria dos trabalhos de execução direta da Seth terá a sua execução durante o ano de 2014, integrados no planeamento geral do projeto.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

GMP MEK ACE e GMP ACE

Em 2012, estes agrupamentos concluíram a sua actividade para os quais foram constituídos e que compreendia execução de empreitadas na Argélia, pelo que encontram-se em período de garantia. A participação da SETH é de 33,3% em ambos os agrupamentos.

SOMAGUE/SETH – CAIS DO JARDIM DO TABACO – 1ª FASE, ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 1ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2009, pelo que encontram-se em período de garantia.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram

concluídos em 2011, pelo que encontram-se em período de garantia.

HIGIENE SEGURANÇA E AMBIENTE

No mês de Março de 2012 a Seth obteve a renovação da Certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental segundo o referencial NP EN ISO 14001:2004, de igualdade a renovação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho no âmbito do processo de renovação da certificação segundo o referencial NP 4397:2001 e norma OHSAS 18001:2007.

Foi a primeira auditoria de renovação com os Sistemas de Gestão Integrados de Segurança e Ambiente que até à data eram sistemas objeto de renovação e certificação em separado.

A auditoria foi realizada pela entidade APCER - Associação Portuguesa de Certificação, que identificou apenas uma Não Conformidade, que foi devidamente respondida e encerrada dentro dos prazos previstos.

Ambas as certificações são neste momento fundamentais para as obras internacionais onde as mesmas são já exigidas, razão pela qual se concluiu o processo de Integração de sistemas, de forma a tornar mais céleres as renovações dos referidos sistemas.

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. Estas ações de formação abrangem os trabalhadores da Seth e subempreiteiros.

Este resultado evidencia que embora ainda haja oportunidades de melhoria, os sistemas implementados adaptaram-se ao referencial normativo e, que a nível global a SETH, SA, mais uma vez, revelou que atua em conformidade com o que se encontra definido nos Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pelo que devemos congratular todos os colaboradores pelo seu empenho pessoal.

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade foram para o Índice de Frequência o valor 12,96 que de acordo com as melhores práticas internacionais o classifica, como Muito Bom, e para o Índice de Gravidade foi obtido o valor de 0,3, o que também o classifica, como Muito Bom. No entanto, este índice ainda não se encontra encerrado pois existe um acidente ocorrido em 2012 que transitou com dias de baixa para 2013. Desta forma o cálculo deste Índice só poderá ser concluído quando o trabalhador sinistrado tiver alta médica.

QUALIDADE E I&D

No mês de Maio de 2012 a Seth obteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008.

As auditorias de concessão, realizadas pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, decorreram na sede da empresa, no estaleiro central e numa obra em curso. Foi constatado que a Seth cumpre as cláusulas, subcláusulas e requisitos da norma de referência, evidenciando um grau de implementação adequado ao

âmbito de certificação. Foram evidenciados, por processo, objetivos que são acompanhados periodicamente. As constatações da auditoria revelaram que embora fosse um sistema recentemente desenvolvido e implementado apresenta elevados níveis de desempenho. A melhoria contínua tem sido realizada através de ações de melhoria definidas no âmbito das auditorias e da vivência do Sistema de Gestão da Qualidade.

Durante 2102 e face à situação económica atual, ocorreram poucas oportunidades para a Seth desenvolver atividades no campo de Investigação, Desenvolvimento e Inovação. No entanto, sempre que surge a oportunidade é prática corrente tentar criar novas soluções numa perspetiva de melhoria contínua, desenvolvendo e melhorando os processos de construção.

A SETH orgulha-se de desenvolver constantemente soluções inovadoras para a execução dos seus projetos e das suas atividades por forma a dar resposta às necessidades e requisitos de cada cliente.

A SETH associou-se à Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objeto promover a reflexão sobre o setor e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A SETH conduz as suas atividades baseada em princípios morais e de ética profissional, que salvaguardam o respeito, a integridade, a confiança, e que permitam transparência nos negócios.

Assim, a política da Seth para a Responsabilidade Social e relações de trabalho, está em conformidade com todos os requisitos da Norma SA8000, assim como do Contrato Colectivo de Trabalho para a Construção Civil, princípios da Organização Internacional do Trabalho, Declaração Universal de Direitos Humanos, normas e regulamentos aplicáveis às suas atividades.

Através da Política de Responsabilidade Social, a Seth assegura o cumprimento de diversos compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

Nas tomadas de decisão é constante a preocupação pela comunidade e gerações vindouras, o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

A Seth pretende, no setor da construção, aumentar a competitividade e a rentabilidade de forma sustentável, utilizando os recursos humanos, tecnológicos e naturais adequados.

Respeito pelo Ambiente

A SETH orgulha-se de ter implementado medidas de

eco-eficiência no seu edifício sede. Desde o princípio que se assumiu que a proteção e conservação do ambiente era uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da legislação aplicável mas por um esforço por aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, todos os colaboradores estão empenhados no cumprimento da Política Ambiental e das regras definidas no Sistema de Gestão Ambiental implementado.

Apoio à comunidade

Desde há muito que a Seth participa, com patrocínios de diversos níveis nas actividades onde se integra e, com donativos para diversas instituições que desenvolvem ações humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. Para a empresa, tais patrocínios não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, sendo levados à prática com o claro entendimento de servirem de intervenção da sociedade civil.

De entre os apoios em patrocínios concedidos, destacamos:

APCA – Associação Portuguesa da Classe Access

A Seth apoia a associação desportiva APCA, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projeto “SETH Sail”, que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

Patrocínio da Dupla Olímpica na Classe 470 de Vela

A Seth patrocinou os atletas olímpicos Álvaro Marinho e Miguel Nunes, apurados para os Jogos Olímpicos de Londres, patrocínio este que permitiu à referida dupla ter participado nos campeonatos de vela desportiva de apuramento para os Jogos Olímpicos que ocorreram em Espanha, França, Escócia e Inglaterra.

Em donativos efetuados em 2012, destacamos:

Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos

A Fundação Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos, através de estudos científicos, planeamento, promoção e avaliação de medidas preventivas e de outras ações dirigidas à defesa daqueles direitos.

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2012, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram 1.458.736 Euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2012.

O Capital Próprio da empresa era no final do período de 7.265.686 Euros.

APLICAÇÕES DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam levados a resultados transitados.

ANTEVISÃO 2013 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO

No dia 8 de Janeiro de 2013, o consórcio, de que a Seth faz parte em 50%, assinou um contrato com a EDM - Electricidade de Moçambique para a realização de um contrato de eletrificação no sul do país financiado pelo Estado Dinamarquês, no valor de Euros 70 milhões a realizar nos próximos três anos. O contrato assinado pode atingir o montante de Euros 111 milhões em cinco anos, caso sejam acionadas as opções nele previstas. Este contrato, a par de outras oportunidades que se esperam concretizar no primeiro quarto do ano, deverá conduzir a um aumento muito significativo do volume de negócios e à obtenção de resultados positivos em linha com os exercícios anteriores ao período de crise generalizada que se tem vivido.

Queijas, 5 de Março de 2013

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen



Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária (€)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2012	31/12/2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7 066 509	8 158 097
Participações Financeiras método equivalência patrimonial	6	-	-
Accionistas / Sócios	7	-	-
Clientes com depósito de garantia	10	1 150 913	541 412
Activos por impostos diferidos	8	-	-
		8 217 421	8 699 509
Activo corrente			
Inventários	9	466 856	465 908
Clientes	10	5 915 636	17 339 268
Adiantamentos a fornecedores	11	173 749	890 240
Estado e outros entes públicos	12	723 695	1 309 390
Accionistas / Sócios	7	-	89 192
Outras contas a receber	13	5 081 273	7 312 196
Diferimentos	14	211 111	228 910
Activos financeiros detidos para negociação	15	20 800	20 800
Caixa e depósitos bancários	4	2 759 961	1 815 948
		15 353 082	29 471 852
Total do activo		23 570 503	38 171 361
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	16	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	17	801 069	801 069
Outras reservas	18	140 705	(117 170)
Resultados transitados	19	6 211 639	8 087 605
Ajustamentos em activos financeiros	20	(166 796)	(36 209)
Outras variações no capital próprio	21	(190 005)	173 760
Resultado Líquido		(3 530 926)	(1 802 823)
Interesses Minoritários			
Total Capital Próprio		7 265 686	11 106 232
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	22	66 622	168 213
Financiamentos obtidos	23	2 558 188	3 423 118
Passivos por impostos diferidos	8	-	11 110
		2 624 809	3 602 441
Passivo corrente			
Fornecedores	25	4 200 773	12 991 378
Adiantamentos de clientes	26	980 866	1 252 050
Estado e outros entes públicos	12	821 801	698 709
Accionistas / Sócios	7	-	57 424
Financiamentos obtidos	23	2 136 237	4 074 671
Outras contas a pagar	24	3 752 574	3 005 402
Diferimentos	14	1 712 401	1 246 117
Passivos financeiros detidos para negociação	27	66 586	124 654
Outros passivos financeiros	28	8 769	12 283
		13 680 008	23 462 688
Total do passivo		16 304 817	27 065 129
Total do capital próprio e do passivo		23 570 503	38 171 361

A Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

(Período findo a 31 de Dezembro de 2012)

Unidade Monetária (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31/12/2012	31/12/2011
Vendas e serviços prestados	29	25 739 316	30 437 376
Subsídios à exploração	30	1 679	8 184
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	-	-
Trabalhos para a própria entidade	32	436	88 470
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33	(6 180 200)	(7 950 705)
Fornecimentos e serviços externos	34	(14 239 624)	(16 674 546)
Gastos com pessoal	35	(6 837 952)	(6 336 112)
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	36	(247 909)	(127 482)
Provisões (aumentos/reduções)	22	101 591	(100 405)
Aumentos / reduções de justo valor	37	5 741	44 922
Outros rendimentos e ganhos	38	2 736 141	3 384 038
Outros gastos e perdas	39	(1 181 681)	(1 753 342)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(102 462)	1 020 398
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	40	(1 458 736)	(1 641 256)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 561 198)	(620 858)
Juros e rendimentos similares obtidos	41	191 431	56 514
Juros e gastos similares suportados	42	(1 715 487)	(769 481)
Resultado antes de impostos		(3 085 253)	(1 333 825)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(445 673)	(468 998)
Resultado Líquido do período		(3 530 926)	(1 802 823)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		-	-
Resultado por acção básico		(0,88)	(0,45)

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

(Período 2012)
Unidade Monetária (€)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	(117 170)	8 087 605	(36 209)	-	173 760	(1 802 823)	11 974 799
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								257 875	(73 143)	(130 587)		(363 765)		(309 620)
	2		-	-	-	-	257 875	(73 143)	(130 587)		(363 765)	-		(309 620)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(3 530 926)	(3 530 926)
RESULTADO INTEGRAL													(3 530 926)	(3 530 926)
4 = 2 + 3													(3 530 926)	(3 530 926)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações									(1 802 823)				1 802 823	-
	5		-	-	-	-	-	(1 802 823)	-	-	-	1 802 823	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012														
6 = 1+2+3+5			4 000 000	-	-	-	801 069	140 705	6 211 639	(166 796)	-	(190 005)	(3 530 926)	7 265 686

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

(Período 2011 - Reexpressa)

Unidade Monetária (€)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	119 127	7 960 424	(28 061)	-	28 829	216 727	13 098 115
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								(236 297)	(89 546)	(8 148)		144 931		(189 060)
	2		-	-	-	-		(236 297)	(89 546)	(8 148)		144 931	-	(189 060)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(1 802 823)	(1 802 823)
RESULTADO INTEGRAL													(1 802 823)	(1 802 823)
4 = 2 + 3													(1 802 823)	(1 802 823)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações									216 727				(216 727)	-
	5		-	-	-	-	-	-	216 727	-	-	-	(216 727)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011														
6 = 1+2+3+5			4 000 000	-	-	-	801 069	(117 170)	8 087 605	(36 209)	-	173 760	(1 802 823)	11 106 232

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

(Período findo a 31 de Dezembro de 2012)

Unidade Monetária (€)

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2012	Período 31 Dez 2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		37 194 067	22 571 417
Pagamentos a fornecedores		(26 256 531)	(21 087 770)
Pagamentos ao pessoal		(5 989 095)	(6 340 074)
Caixa gerada pelas operações		4 948 441	(4 856 427)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(233 180)	(195 586)
Outros recebimentos/pagamentos		(56 840)	(2 289)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4 658 422	(5 054 302)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(679 024)	(585 161)
Investimentos Financeiros		(16 100)	(28 315)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		210 541	542 873
Investimentos Financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		11 661	17 908
Dividendos		291 502	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(181 420)	(52 695)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 124 694	4 356 366
Juros Obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(3 949 240)	(1 148 459)
Juros e gastos similares		(416 943)	(247 894)
Dividendos		(291 502)	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(3 532 990)	2 960 013
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		944 012	(2 146 984)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 815 949	3 962 934
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 759 961	1 815 949

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Anexo

1. Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17-03-1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Højgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 5 de Março de 2013, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias

MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.

Av. Tomás Ribeiro, 145 – Queijas

Parte de capital detido pela SETH - 100%

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, nº 5 6º apt 61, Kinaxixi – Luanda – Angola

Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empresas associadas

Marinertes, S.A.

Rot. Eng. Edgar Cardoso, 23, 8º A, Vila Nova de Gaia

Parte de capital detido pela SETH - 29%

Empreendimentos Conjuntos

SOMAGUE/SETH – Cais do Jardim do Tabaco – 1ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, Sintra

Parte de capital detido pela SETH - 50%

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, Sintra

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, Porto Salvo

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, Porto Salvo

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

2.2. Não foram feitas derrogações às disposições do SNC

2.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Em períodos anteriores a Empresa tinha registado no seu activo, por via da sucursal na Argélia, o montante de 355.000 euros relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar das autoridades fiscais Argelinas. A 31 de Dezembro de 2012 o montante ascendia a 345.000 euros. A Administração considerou em 2012 que não existiam condições que permitissem concluir que o seu recebimento era certo, tendo decidido corrigir esta situação, tendo reexpresso os comparativos do período findo a 31 de Dezembro de 2011.

No período findo a 31 de Dezembro de 2011 a empresa tinha registado no seu activo impostos diferidos activos que ascendiam a 522.000 euros. Decorrentes do disposto na NCRF n.º 25, os activos por impostos diferidos só podem ser reconhecidos se a sua quantia escriturada for recuperada na forma de benefícios económicos que fluam para a entidade nos períodos futuros. Decorrentes da avaliação efectuada pela gestão, não se encontravam asseguradas condições que garantissem a recuperabilidade destes activos, pelo que se procedeu ao seu desreconhecimento em 31 de Dezembro de 2012, tendo reexpresso os comparativos do período findo a 31 de Dezembro de 2011.

A reconciliação dos capitais próprios e dos resultados líquidos do período findo a 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

(valores em euros)

Descrição	
Capital próprio a 31 de Dezembro de 2011	11.974.800
Efeitos das correcções de erros de anos anteriores	
Dereconhecimento do IVA a recuperar - Argélia	(345.875)
Dereconhecimento dos impostos diferidos activos	(522.693)
Capital próprio a 31 de Dezembro de 2011 - Reexpresso	11.106.232

(valores em euros)

Descrição	
Resultado do período de 2011	(1.280.130)
Efeitos das correcções de erros	
Dereconhecimento dos impostos diferidos activos	(522.693)
Resultado do período de 2011 - Reexpresso	(1.802.823)

Estas situações constavam numa reserva por desacordo na certificação legal das contas relativa ao período de 2011.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

a) Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo e das suas empresas subsidiárias, relativamente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da

SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação

são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

c) Participações financeiras

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

d) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na

data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

e) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

f) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas

são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

h) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Provisões para contratos onerosos

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

j) Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

k) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Activos ou Passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

l) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – contratos de construção e na venda de bens.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiávelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma

transacção possa ser fiávelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiávelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiávelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiávelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiávelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

m) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo, através do método do juro efectivo para os financiamentos obtidos e concedidos.

n) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 5 de Março de 2013, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 45.

o) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um

passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

p) Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais tem por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- a) Uso esperado do activo;
- b) Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- c) Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- d) Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do

rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1. A 31 de Dezembro de 2012 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2. A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Caixa		
Caixa Sede	312	26.125
Caixa Obras	6.524	10.795
Caixa Sucursais	7.739	20.484
Caixa ACEs/Subsidiárias	6.918	2.269
	21.493	59.673
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	1.930.602	358.326
Bancos Sucursais	453.427	480.807
Bancos ACEs/Subsidiárias	181.439	601.642
	2.565.468	1.440.775
Outros depósitos bancários		
Bancos Sede	160.000	300.000
Bancos ACEs/Subsidiárias	13.000	15.500
	173.000	315.500
Total:	2.759.961	1.815.948

5. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto		
Terrenos e recursos naturais	1.172.796	1.172.796
Edifícios e outras construções	3.964.372	3.954.794
Equipamento básico	12.971.479	14.988.178
Equipamento de transporte	1.688.818	1.295.258
Equipamento administrativo	1.490.253	1.498.954
Outros activos fixos tangíveis	63.160	61.616
Investimentos em Curso	-	45.218
	21.350.878	23.016.814
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(1.458.736)	(1.641.256)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(12.825.632)	(13.217.460)
	(14.284.369)	(14.858.717)
Valor líquido contabilístico:	7.066.509	8.158.097

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2012 e 2011 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor Bruto						
Terrenos e recursos naturais	1.172.796	-	-	-	-	1.172.796
Edifícios e outras construções	3.954.794	9.578	-	-	-	3.964.372
Equipamento básico	14.988.178	182.692	-	(2.165.103)	(34.288)	12.971.479
Equipamento de transporte	1.295.258	562.303	-	(97.929)	(70.814)	1.688.818
Equipamento administrativo	1.498.954	7.615	-	(9.435)	(6.881)	1.490.253
Outros activos fixos tangíveis	61.616	1.806	-	-	(262)	63.160
Investimentos em Curso	45.218	-	-	-	(45.218)	0
	23.016.814	763.994	-	(2.272.467)	(157.463)	21.350.878
Depreciação acumulada e imparidade						
Edifícios e outras construções	(1.181.313)	(148.475)	-	-	-	(1.329.788)
Equipamento básico	(11.444.695)	(948.289)	-	1.927.183	-	(10.465.801)
Equipamento de transporte	(904.743)	(289.989)	-	97.107	-	(1.097.625)
Equipamento administrativo	(1.288.692)	(69.429)	-	8.794	-	(1.349.327)
Outros activos fixos tangíveis	(39.274)	(2.554)	-	-	-	(41.828)
	(14.858.717)	(1.458.736)	-	2.033.084	-	(14.284.369)
Valor líquido contabilístico:	8.158.097					7.066.509

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor Bruto					
Terrenos e recursos naturais	1.172.796	-	-	-	1.172.796
Edifícios e outras construções	3.945.663	9.131	-	-	3.954.794
Equipamento básico	16.110.179	192.364	(1.327.195)	12.830	14.988.178
Equipamento de transporte	1.124.965	360.625	(238.544)	48.212	1.295.258
Equipamento administrativo	1.462.582	41.756	(11.885)	6.501	1.498.954
Outros activos fixos tangíveis	56.498	4.654	-	464	61.616
Investimentos em Curso	-	45.218	-	-	45.218
	23.872.683	653.748	(1.577.624)	68.007	23.016.814
Depreciação acumulada e imparidade					
Edifícios e outras construções	(1.030.676)	(150.637)	-	-	(1.181.313)
Equipamento básico	(11.365.279)	(1.177.358)	1.137.498	(39.556)	(11.444.695)
Equipamento de transporte	(936.747)	(179.667)	234.912	(23.241)	(904.743)
Equipamento administrativo	(1.163.282)	(131.039)	9.629	(4.000)	(1.288.692)
Outros activos fixos tangíveis	(36.719)	(2.555)	-	-	(39.274)
	(14.532.703)	(1.641.256)	1.382.039	(66.797)	(14.858.717)
Valor líquido contabilístico:	9.339.980				8.158.097

À data de 31 de Dezembro de 2012, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor Bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido	Valor Bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1 030 558	-	1 030 558	1 030 558	-	1 030 558
Edifícios e outras construções	2.718.549	(423.194)	2.295.355	2.708.971	(306.362)	2.402.609
Equipamento básico	1.070.780	(323.955)	746.825	2.140.081	(688.872)	1.451.209
Equipamento de transporte	83.178	(39.947)	43.231	83.178	(19.152)	64.026
Total:	4.903.065	(787.096)	4.115.969	5.962.788	(1.014.386)	4.948.402

A diminuição ocorrida na rubrica de equipamento básico em locação financeira decorre da finalização normal de contratos celebrados de locação financeira.

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	447.887	18.780	466.667	615.052	35.303	650.355
Entre um e cinco anos	1.078.341	38.424	1.116.765	1.253.134	53.020	1.306.154
Mais de cinco anos	404.847	3.088	407.935	676.234	8.576	684.810
Total:	1.931.075	60.292	1.991.367	2.544.420	96.899	2.641.319

6. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	612.649	(612.649)	-	618.390	618.390	-
Total:	612.649	(612.649)	-	618.390	618.390	-

No âmbito da transição para as NCRF, a Empresa, passou a aplicar o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Marinertes, SA	618.390			-	(5.741)	612.649
	618.390	-	-	-	(5.741)	612.649
Imparidade						
Marinertes, SA	(618.390)				5.741	(612.649)
	(618.390)	-	-	-	5.741	(612.649)
Total	-					-

A informação financeira resumida referente às associadas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes, SA	29,00%	31-12-2012	932.204	384.086	548.117	(2.065)	(19.795)

7. Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo não corrente		
Suprimentos	-	-
	-	-
Activo corrente		
Outras operações	-	89.192
	-	89.192
Passivo corrente		
Adiantamento por conta de lucros	-	57.424
	-	57.424

O saldo a 31 de Dezembro de 2011 era referente a financiamentos recebidos das subsidiárias e suprimentos provenientes dos ACE's que não vencem juros.

8. Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Impostos correntes	445.673	293.123
Origem e reversão de diferenças temporárias	-	175.875
	445.673	468.998

A análise do imposto reconhecido em capital próprio é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Imposto diferido		
Instrumentos financeiros e justo valor	-	-
Reavaliações legais	-	1.938
	-	1.938

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Resultados antes de impostos	(3.085.253)	(811.132)
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto esperado	(817.592)	(214.950)
Diferenças permanentes (i)	148.459	391.229
Ajustamentos à colecta (ii)	-	-
Tributações autónomas (iii)	223.559	292.719
Imposto do exercício (iv)	445.673	468.998
Taxa efectiva de imposto	-14,45%	-57,82%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

9. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	466.856	465.908
Valor líquido contabilístico	466.856	465.908

Durante o período foram reconhecidos em custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas um total de 6.180.200 euros (2011: 7.950.705 euros), conforme nota 32.

10. Clientes

A rubrica de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto		
Clientes c/c		
Gerais	6.454.348	16.067.818
Empresas subsidiárias	2	2
Empresas associadas	27.656	20.086
Empreendimentos conjuntos	225.809	1.805.210
	6.707.815	17.893.116
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(238.331)	(93.465)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(553.848)	(460.383)
	(792.179)	(553.848)
Valor líquido contabilístico	5.915.636	17.339.268

A rubrica de clientes gerais é constituída, maioritariamente, pelos saldos das seguintes empresas:

Cliente	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Parque Escolar	1.064.032	4.738.587
DGITT	818.931	455.195
Câmara Municipal de Lisboa	494.512	-
Sociedade de Desenvolvimento do Norte	287.994	287.994
Hipermáquinas Angola	220.000	-
Outros	3.030.167	11.857.492
Total:	5.915.636	17.339.268

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	553.848	238.331	-	792.179
Total:	553.848	238.331	-	792.179

A antiguidade de saldos de clientes conta corrente apresenta-se como segue:

Antiguidade:	(valores em euros)								
	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Saldo:	1.075.074	632.138	405.084	2.134.448	386.978	332.960	22.064	926.890	5.915.636

Na rubrica de Clientes com depósito de garantia, é apresentado a 31 de Dezembro de 2012 um saldo que ascende a Euro 1.150.913 (2011: Euro 541.412).

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual.

11. Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto		
Fornecedores Gerais	173.749	890.240
Valor líquido contabilístico:	173.749	890.240

O saldo a 31 de Dezembro de 2012 é essencialmente composto pelos adiantamentos efectuados à Teletejo no valor de Euro 92.267, e à Timberg no valor de Euro 63.299, para assegurar a execução da empreitada em Moçambique.

12. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Imposto sobre o rendimento	51.755	121.634
IVA a recuperar	76.678	182.323
IVA reembolsos pedidos	163.947	613.964
Outros impostos	-	34.050
Outras tributações (Sucursais)	431.315	357.419
Total:	723.695	1.309.390
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	223.559	202.795
Retenções de imposto sobre o rendimento	51.939	52.568
IVA a pagar	-	82.424
Outros impostos	171.188	142.540
Contribuições para a Segurança Social	84.619	101.970
Outras tributações (Sucursais)	290.496	116.412
Total:	821.801	698.709

13. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Valor Bruto		
Outros devedores	3.494.199	2.800.521
Grau Acabamento	965.681	4.434.080
Outros acréscimos rendimentos	992.024	102.351
	5.451.904	7.336.952
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	(345.875)	-
Imparidade de períodos anteriores	(24.756)	(24.756)
	(370.631)	(24.756)
Valor líquido contabilístico	5.081.273	7.312.196

Do saldo total a 31 de Dezembro de 2012 da rubrica outros devedores fazem parte Euro 1.487.349 euros por serviços prestados ao GMP ACE. Adicionalmente, a rubrica apresenta ainda um montante de Euro 503.760, que de acordo com a deliberação do Conselho de Administração datada de 27 de Janeiro de 2012, se refere a adiantamentos efectuados ao Eng. Ricardo António Pedrosa Gomes no âmbito da implantação de estrutura empresarial e exercício de actividade comercial em Angola e à constituição da sociedade de Direito Angolano.

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, ainda que não tenham sido debitados ao cliente, e é composta pelas seguintes obras:

Obra	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2012	31-12-2011
Refinaria, Guiné	351.289	543.690
Porto Mindelo, Cabo Verde	216.026	1.178.093
Rede de Electricidade, Moçambique	76.009	1.569.861
Escola da Pontinha	128.252	-
Frente Tejo	194.105	-
Açude, Coruche	-	232.984
Escola de Bragança	-	359.157
Fundação Champalimaud	-	229.729
Outros	-	39.420
Total:	965.681	4.152.934

14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	5.028	461
Outros gastos a reconhecer	206.083	228.449
Total:	211.111	228.910
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Grau de Acabamento	663.674	473.581
Juros	693.903	539.237
Garantia de Obras	207.152	228.299
Outros rendimentos a reconhecer	147.672	5.000
Total:	1.712.401	1.246.117

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente, dos quais Euro 483.968 referem-se à obra de Construsalamonde. A rubrica Garantia de Obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos gastos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso. Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

15. Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	<i>(valores em euros)</i>	
	31-12-2012	31-12-2011
Activos financeiros (Acções)	20.800	20.800
Total:	20.800	20.800

O saldo da rubrica compreende as acções adquiridas da LISGARANTE.

16. Capital realizado

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2012.

17. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

18. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Outras Reservas	140.705	(117.170)
Total:	140.705	(117.170)

19. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados no montante de 1.875.966 euros inclui a aplicação do resultado líquido do período de 2011 no montante da Euro 1.280.130, inclui a diferença cambial resultante da conversão cambial dos resultados dos anos anteriores das sucursais.

20. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(13.798)	33.268
Outros	180.594	(69.477)
Total:	166.796	(36.209)

21. Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	190.005	173.760
Total:	190.005	173.760

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas em Dezembro 2012		Taxas em Dezembro 2011	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,3119	-	1,3179	-
Libra Esterlina	GBP	0,8124	-	-	-
Kuanza	AKZ	126,85	-	133,93	134,18
Rand da África do Sul	ZAR	11,32	-	-	-
Dinar Argelino	DZD	103,19	100,28	98,36	102,39
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,27	110,27	-	-
Franco Guineense	GNF	9.222,61	9.230,97	9.574,86	9.494,29
Metical de Moçambique	MZN	39,24	36,49	34,96	40,28

22. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de desconto	Saldo final
Garantias a clientes	114.000	-	-	(65.481)	-	48.519
Outras	54.213	18.103	-	(54.213)	-	18.103
	168.213	18.103	-	(119.694)	-	66.622

(valores em euros)

A 31 de Dezembro de 2012 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	19.764.104	21.059.189
- Propostas a Concursos	1.063.561	1.264.245
- Serviços adquiridos	32.423	36.745
- Judicial	1.853.660	1.845.265
Total:	22.713.748	24.205.444

(valores em euros)

A empresa não prevê qualquer exfluxo de benefícios económicos, bem como a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

23. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.075.000	1.493.750
Locações financeiras	1.483.188	1.929.368
	2.558.188	3.423.118
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	875.000	1.917.326
Descobertos bancários	813.350	1.542.293
Locações financeiras	447.887	615.052
	2.136.237	4.074.671
Total:	4.694.425	7.497.789

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	1.688.350	3.459.619
De 1 a 5 anos	1.075.000	1.493.750
A mais de 5 anos	-	-
	2.763.350	4.953.369
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	447.887	615.052
De 1 a 5 anos	1.078.341	1.253.134
A mais de 5 anos	404.847	676.234
	1.931.075	2.544.420
Total:	4.694.425	7.497.789

À data de 31 de Dezembro de 2012 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	546.157	519.859	431.104	166.058	40.881	-	1.704.059
Locações financeiras	466.667	290.268	277.713	274.392	274.392	274.392	1.857.824
Total:	1.012.824	810.127	708.817	440.450	315.273	274.392	3.561.883

24. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Corrente		
Remunerações a liquidar	588.027	744.590
Outros credores por acréscimo gastos	895.318	2.028.258
Outros credores	2.269.229	232.554
Total:	3.752.574	3.005.402

A rubrica de Outros Credores por Acréscimo de Gastos é, a 31 de Dezembro de 2012, maioritariamente constituída por gastos com a sucursal de Moçambique, a que corresponde o valor de Euro 746.247 (ver nota 13).

A rubrica de Outros Credores, em 31 de Dezembro de 2012, apresenta um montante de Euro 1.524.111 referente a outros credores do GMP ACE.

25. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores c/c		
Gerais	4.164.752	12.988.188
Empresa-mãe	30.150	-
Empresas subsidiárias	1.599	1.544
Outras partes relacionadas	4.272	1.646
Total:	4.200.773	12.991.378

A rubrica de fornecedores gerais é composta da seguinte maneira:

Fornecedor	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores Gerais:		
TELETEJO - TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, S.A.	797.529	1.786.314
BETÃO LIZ, S.A.	162.023	1.478
JG - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA.	134.088	156.841
EBERHARDT-MARTIN CC	131.884	-
CMM-CARTOR-VHC, LDA.	128.399	-
LUNENG, LDA.	122.343	-
SDV (PORTUGAL) TRANSITÁRIOS, LDA.	100.214	14.780
Outros Fornecedores	2.624.293	11.031.965
Total:	4.200.773	12.991.378

26. Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Clientes Gerais	980.866	1.252.050
Total:	980.866	1.252.050

A rubrica de adiantamentos de clientes refere-se a obras em curso, sendo o saldo a 31 de Dezembro de 2012 respeitante à empresa Electricidade de Moçambique, no valor de Euro 93.086 (2011: Euro 899.970) e Ministério de Infra-Estruturas, Transportes e Telecomunicações cabo-verdiano, no valor de Euro 887.780 (2011: Euro 278.067). A variação verificada deve-se essencialmente à regularização verificada nos adiantamentos referidos após início e respectiva facturação das obras no período de 2012.

27. Passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Passivos financeiros detidos para negociação	66.586	124.654
Total:	66.586	124.654

O valor de Euro 66.586 a 31 de Dezembro de 2012 respeita a instrumento financeiro derivado. Não é considerado uma operação de cobertura (de taxa de juro) para efeitos das regras contabilísticas.

28. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Outros passivos financeiros	8.769	12.283
Total:	8.769	12.283

O valor de Euro 8.769 a 31 de Dezembro de 2012 refere-se a instrumento financeiro derivado destinado a cobrir o risco de taxa de juro.

29. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	23.758.961	29.003.237
Serviços secundários	1.980.355	1.434.139
Total:	25.739.316	30.437.375

As principais obras, para o período de 2012, são como segue:

(valores em euros)

Obra	2012	2011
Kamsar Container Terminal, Guiné	5.139.501	6.298.664
Reab rede distrib electricidade, Moçambique	4.987.267	4.704.306
Escola Pontinha	3.803.932	1.973.500
Escola Bragança	2.898.387	2.335.646
Frente Tejo	2.685.794	3.124
Porto Santo Antão, Cabo Verde	1.129.311	4.491.056
Tomada, Centro Champalimaud	43.229	2.363.650
Outros	5.051.895	8.267.429
Total:	25.739.316	30.437.375

30. Subsídios à Exploração

O saldo da rubrica de Subsídios à Exploração de Euro 1.679 respeita a subsídios de formação profissional e de estágios profissionais recebidos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito do QREN.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2012	2011
Activos fixos tangíveis	436	88.470
Total:	436	88.470

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Saldo inicial (+)	465.908	530.763
Compras (+)	6.181.148	7.885.850
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	466.856	465.908
CMVMC	6.180.200	7.950.705

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2012	2011
Subcontratos	5.739.144	7.035.772
	5.739.144	7.035.772
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	2.273.918	2.549.897
Publicidade e propaganda	26.401	49.077
Vigilância e segurança	176.041	169.851
Honorários	379.024	164.971
Comissões	-	1.297
Conservação e reparação	410.197	388.717
Outros	-	7.610
	3.265.581	3.331.420
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	130.265	265.287
Livros e documentação técnica	1.505	2.663
Material de escritório	29.166	53.852
Artigos para oferta	32.596	3.640
Documentos de Propostas	-	6.388
Outros	8.451	64.546
	201.983	396.376
Energia e fluídos:		
Electricidade	74.522	59.830
Combustíveis	1.110.331	775.434
Água	41.416	65.976
Outros	45.296	46.039
	1.271.565	947.279
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	512.398	488.191
Transportes de pessoal	19.934	6.445
Transportes de mercadorias	985.264	1.074.688
	1.517.596	1.569.324
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	1.119.900	2.128.441
Comunicação	148.865	189.885
Seguros	257.859	327.774
Contencioso e notariado	7.282	36.151
Despesas de representação	15.300	22.673
Limpeza, higiene e conforto	63.751	61.709
Outros serviços	630.798	627.742
	2.243.755	3.394.375
Total:	14.239.624	16.674.546

A variação ocorrida em 2012 na rubrica de Subcontratos deve-se ao menor volume de obras com recurso a subempreitadas.

Por sua vez, o incremento dos gastos com trabalhos especializados em 2012 é justificado pela obra de Cabo Verde. A obra da Guiné contribuiu largamente para o aumento verificado na rubrica de Combustíveis. A variação registada na rubrica de transportes de mercadorias deve-se essencialmente às obras realizadas na Guiné e Cabo Verde, onde viram

diminuídas as necessidades de exportações.

A diminuição de gastos com Rendas e Aluguers deve-se à conclusão de algumas obras Nacionais (Pontinha) e Internacionais (Cabo Verde).

A variação registada na rubrica de Honorários deve-se essencialmente à obra realizada na Guiné.

34. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	266.060	275.914
Remunerações do pessoal	4.610.028	4.414.207
Indemnizações	366.126	51.086
Encargos sobre remunerações	894.852	913.736
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	79.421	80.155
Outros gastos com o pessoal	621.465	601.014
Total:	6.837.952	6.336.112

A variação verificada em outros gastos com pessoal é essencialmente justificada pelo aumento da actividade da operação na Guiné.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	5	5
Quadros superiores	16	20
Quadros médios	7	9
Chefias intermédias	13	14
Profissionais altamente qualificados	11	14
Profissionais qualificados	41	57
Profissionais semi-qualificados	11	17
Profissionais não qualificados	1	6
Total:	107	144

35. Imparidades de Dívidas a Receber

O saldo, a 31 de Dezembro de 2012, da rubrica imparidade de dívidas a receber de Euro 247.909, Euro 238.331 respeitam a perdas de imparidade de clientes conforme explícito na Nota 10, sendo o restante valor, de Euro 26.422 referente a retenções de garantia de clientes.

36. Aumentos/reduções justo valor

A rubrica de aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Perdas		
Investimentos Financeiros	(5.741)	(44.923)
Total:	(5.741)	(44.923)

37. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Restantes activos financeiros	1.000.762	728.231
Rendimentos suplementares	923.031	976.044
Investimentos não financeiros	415.585	543.549
Ganhos em inventários	44.171	167.606
Descontos de pronto pagamento obtidos	16.436	5.890
Outros	336.156	962.718
Total:	2.736.141	3.384.038

A 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período e as cedências de mão-de-obra e aluguer de equipamentos representam quase a totalidade da rubrica rendimentos suplementares.

38. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Impostos	313.817	235.123
Investimentos não financeiros	305.177	45.318
Dívidas incobráveis	11.208	6.302
Outros	551.478	943.906
Total:	1.181.680	1.230.649

Na rubrica de Outros, com saldo a 31 de Dezembro de 2012 de Euro 551.479, constam Euro 338.108 referentes a gastos com serviços bancários, nomeadamente comissões.

Na rubrica de Investimentos não financeiros, com saldo a 31 de Dezembro de 2012 de Euro 305.177, Euro 165.440 corresponde a outros gastos e perdas incorridos com a sucursal de Cabo Verde.

39. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Gastos		
Activos fixos tangíveis	1.458.736	1.641.256
Total:	1.458.736	1.641.256

40. Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Juros obtidos	133.363	17.908
Outros rendimentos similares	58.068	38.606
Total:	191.431	56.514

41. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2012	2011
Juros suportados	416.943	247.894
Outros gastos e perdas	1.298.544	521.587
Total:	1.715.487	769.481

Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos obtidos mencionados na nota 23.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas reflecte as diferenças cambiais registadas no período.

42. Locações operacionais

O total dos futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
	Pagamentos futuros	Pagamentos futuros
Menos de um ano	122.037	115.183
Entre um e cinco anos	129.798	157.015
Mais de cinco anos	-	-
Total:	251.835	272.198

43. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

Descrição	(número de acções)	
	31-12-2012	31-12-2011
MT Højgaard a/s	2.400.000	2.400.000
Operatio SGPS SA	1.600.000	1.600.000
Total:	4.000.000	4.000.000

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Activos		
Subsidiárias	531.416	25.896
Associadas	76.227	4.060.470
Empreendimentos conjuntos	319.935	3.246.304
	927.578	7.332.670
Passivos		
MT Højgaard a/s	30.150	-
Subsidiárias	-	-
Operatio SGPS SA	1.599	147.682
Empreendimentos conjuntos	2.219.604	483.636
Total:	2.251.353	631.318

Quanto às transacções registadas resumem-se como segue:

Descrição	GMP ACE	GMP ACE MEK	Jardim do Tabaco	Cais de Cruzeiros	Seth Angola	Maistrês	Marinertes
Rédito							
Cedência de Mão-de-Obra e equipamento	(87.241)	36.140					
Redébito de despesas	(85.757)	3.427		3.934			1.819
Materiais Exportação							
Indemnização							
Venda de equipamento							
Juros							750
	(172.998)	39.567	-	3.934	-	-	2.569
Aluguer de equipamento							
Cedência de Materiais	(1.349)						
Redébito de despesas							
Outros			33				
	(1.349)	-	33	-	-	-	-

44. Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

(valores em euros)

	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos / Não Reconhecidos	Total
Gastos	27.548.233	23.808.400	-	51.356.633
Rendimentos / Rédito	30.574.450	25.083.923	427.970	56.086.343

45. Passivos contingentes

À data de 31 de Dezembro de 2012 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

46. Acontecimentos após a data de balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes com impacto nas Demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 5 de Março de 2013.

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da
**SETH – Sociedade de Empreitadas
e Trabalhos Hidráulicos, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2012.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2012, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo Seth e as divulgações incluídas no Anexo consolidado conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas consolidadas, com duas reservas e duas ênfases, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. Excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 e 8 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;

- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas, excepto quanto ao referido nos parágrafos 7 e 8 da Certificação Legal das Contas; e
- c. O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo Seth, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
- d. De acordo com o artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais é proibido à sociedade conceder empréstimos ou crédito a administradores, efectuar pagamentos por conta deles, prestar garantias a obrigações por eles contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a um mês. A Empresa apresenta um saldo a receber no montante de 503.760 euros que se referem a adiantamentos. Esta situação deverá ser regularizada.

Em face do exposto deverá a Assembleia-Geral Anual deliberar sobre:

- a. O Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2012;
- b. A proposta de aplicação de resultados consolidados contida no mencionado Relatório de Gestão consolidado.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 11 de Junho de 2013

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(nº 189)
representada por
João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)

Certificação Legal das Contas Consolidadas



Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 23.570.503 euros e um total de capital próprio de 7.265.686 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.530.926 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de

Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7 A Certificação Legal das Contas referente a 31 de Dezembro 2011 incluiu uma reserva por limitação ao âmbito pelo facto de o Conselho de Administração da Sociedade, na mensuração dos saldos a receber de clientes não ter considerado qualquer dotação para fazer face às incertezas e aos riscos que afectavam o sector da construção, nomeadamente a que resultaria de uma revisão da estimativa dos prazos estimados de recebimento destas dívidas, descontadas à taxa de juro original, em resultado da aplicação do método do custo amortizado. Esta situação foi corrigida no período findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendendo a imparidade de saldos de clientes a receber registada a 792.000 euros (2011: 554.000 euros). No entanto, devido à limitação ao âmbito do ano anterior não conseguimos concluir em que medida a imparidade de saldos a receber reconhecida em 2012 no montante de 238.000 euros deveria ter sido considerada em resultados transitados e não como gasto do período.
- 8 A rubrica de diferimentos inclui rendimentos a reconhecer no montante de 351.000 euros, relativos à obra localizada em Kamsar, Guiné, não obtivemos evidência suficiente que nos permitisse concluir que à data de 31 de Dezembro de 2012 em face das negociações em curso, o cliente aceitaria

este montante. Nesta base, o resultado líquido negativo do período encontra-se subvalorizado em 351.000 euros por contrapartida de uma sobrevalorização do activo no mesmo montante.

Opinião com reservas

- 9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

- 10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 10.1 A Certificação Legal das Contas referente a 31 de Dezembro de 2011 incluiu uma reserva por desacordo, pelo facto de não termos obtido evidência suficiente e objectiva que nos permitisse concluir que existiriam lucros tributáveis futuros suficientes que permitissem a recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados a 31 de Dezembro de 2011 que ascendiam a 522.000 euros antes que estes expirassem. A 31 de Dezembro de 2012 a Empresa procedeu ao desreconhecimento dos impostos diferidos activos por contrapartida de resultados transitados, tendo reexpressado e divulgado adequadamente nas suas demonstrações financeiras essa correcção, pelo que consideramos a situação resolvida.
- 10.2 A Certificação Legal das Contas referente a 31 de Dezembro de 2011 incluiu uma reserva por desacordo pelo facto de, por via da sucursal na Argélia, se encontrar registado no activo o montante de 355.000 euros relativo a Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar das autoridades fiscais Argelinas para o qual, de acordo com o nosso entendimento, não estavam reunidas as condições que permitissem concluir que o seu recebimento era certo. A 31 de Dezembro de 2012 a Empresa procedeu ao desreconhecimento deste activo por contrapartida de resultados transitados, tendo reexpressado e divulgado adequadamente nas suas demonstrações financeiras essa correcção, pelo que consideramos a situação resolvida.

Relato sobre outros requisitos legais

- 11 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 11 de Junho de 2013

KPMG & Associados

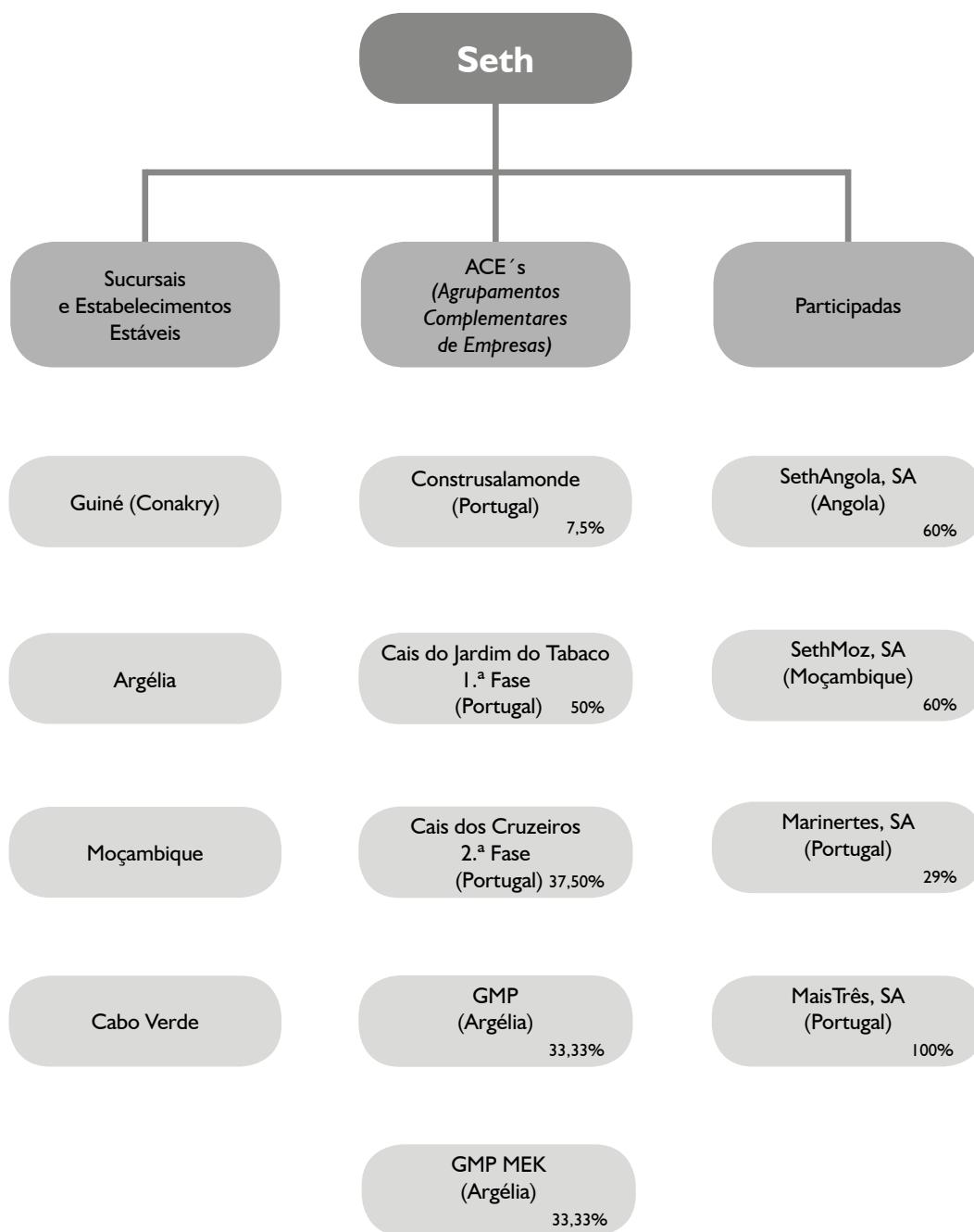
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

(nº 189)

representada por

João Paulo da Silva Pratas (ROC n.º 965)





Certificações



Certificado de Conformidade

Certificate of Registration

NÚMERO 2012/CEP.4165
Number

APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifica que o Sistema de Gestão da Qualidade da
APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifies that the Quality Management System of

SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 Queijas
PORTUGAL

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL
PORTUGAL

implementado em obras de construção civil, engenharia portuária e costeira, cravação de estacas, trabalhos de hidráulica fluvial e marítima, estações de tratamento de águas e de águas residuais, cumpre os requisitos da norma
Implemented in the civil construction, marine, harbour and shore protection works, pile-driving, hydraulic works, water and sewage treatment plants, meets the requirements of the standard

NP EN ISO 9001:2008

Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos
Quality Management Systems – Requirements

Data de emissão 2012-05-18
Date of issue

Válido até 2015-05-17
Valid until



José Leitão
CEO

Qualquer esclarecimento adicional sobre este certificado pode obter-se consultando a APCER
Any additional clarification concerning this certificate may be obtained by consulting APCER



APCER parceiro da




APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Exponor, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcer.pt



THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER
hereby certify that the organization

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS
HIDRÁULICOS, S.A.**

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 Queijas
PORTUGAL

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL
PORTUGAL

for the following field of activities

Civil construction, marine, harbour and shore protection works, pile-driving,
hydraulic works, water and sewage treatment plants

has implemented and maintains a

Quality Management System

Which fulfils the requirements of the following standard

ISO 9001:2008

Issued on: 2012-05-18
Validity date: 2015-05-17

Registration Number: PT- 2012/CEP.4165



Michael Drechsel
President of IQNet



José Leitão
APCER CEO



Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER.

IQNet Partners:

AENOR Spain AFNOR Certification France AIB Vinçotte International Belgium ANCE Mexico APCER Portugal CCC Cyprus
CISQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany DS Denmark
ELOT Greece FCAV Brazil FONDONORMA Venezuela HKQAA Hong Kong China ICONTEC Colombia IMNC Mexico
Inspecta Certification Finland IRAM Argentina JQA Japan KPQ Korea MSZT Hungary Nemko AS Norway NSAI Ireland
PCBC Poland Quality Austria Austria RR Russia SII Israel SIO Slovenia SIBIM QAS International Malaysia SQS Switzerland
SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YUQS Serbia

IQNet is represented in the USA by: APNOR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.

* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com



Certificado de Conformidade

Certificate of Registration

NÚMERO 2009/AMB.0420
Number

APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifica que o Sistema de Gestão Ambiental da
APCER – Associação Portuguesa de Certificação certifies that the Environmental Management System of

SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 Queijas
PORTUGAL

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL
PORTUGAL

implementado na coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de protecção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas em Portugal e ilhas, cumpre os requisitos da norma
implemented in the coordination and execution of civil construction and public works, namely coastal and shore protection works, harbour works, hydraulic works, gas pipelines, reinforced concrete and steel structures and pile-driving in Portugal and Islands, meets the requirements of the standard

NP EN ISO 14001:2004

Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos e Linhas de Orientação para a sua utilização
Environmental Management Systems – Requirements with guidance for use

Date of issue 2012-3-17

Valid until 2015-3-16


José Leitão
CEO

Qualquer esclarecimento adicional sobre este certificado pode obter-se consultando a APCER
Any additional clarification concerning this certificate may be obtained by consulting APCER

APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Exponor, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcer.pt






THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER

hereby certify that the organization

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS
HIDRÁULICOS, S.A.**

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 Queijas - PORTUGAL

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL - PORTUGAL

for the following field of activities

Coordination and execution of civil construction and public works, namely coastal and shore protection works, harbour works, hydraulic works, gas pipelines, reinforced concrete and steel structures and pile-driving in Portugal and Islands

has implemented and maintains a

Environmental Management System

Which fulfils the requirements of the following standard

ISO 14001:2004

Issued on: 2012-03-17
Validity date: 2015-03-16

Registration Number: PT- 2009/AMB.0420


Michael Drechsel
President of IQNet


José Leitão
APCER CEO

Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER.

IQNet Partners*:
AENOR Spain AFNOR Certification France AIB-Vingotte International Belgium ANCE Mexico APCER Portugal CCC Cyprus
CISQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany DS Denmark
ELOT Greece FCAV Brazil FONDONORMA Venezuela HKQAA Hong Kong China ICONTEC Colombia IMNC Mexico
Inspecta Certification Finland IRAM Argentina JQA Japan KPC Korea MSZT Hungary Nemko AS Norway NSAI Ireland
PCBC Poland Quality Austria Austria RR Russia SII Israel SIO Slovenia SIRM QAS International Malaysia SQS Switzerland
SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YUQS Serbia
IQNet is represented in the USA by: AFNOR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.
* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com





SETH - RELATÓRIO E CONTAS 2012

Ficha Técnica

Coordenação Editorial – Inácio Beirão

Textos – RPG, IB

Tradução – Peter Ingham, SM e IB

Fotografias – Arquivo Seth

Revisão – IB

Paginação, impressão e acabamento – Gráfica SobreireNSE (Sobreiro, Mafra)



Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax. +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

